CLIPPING INTERNET

13/09/2022 ATÉ 13/09/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 BLOG LEONARDO CARDOSO..... 1
1.2 BLOG MARDEN RAMALHO..... 2
1.3 SITE O PROGRESSO..... 3 4
2 CNJ
2.1 BLOG CARLOS CRISTIANO..... 5
3 DESEMBARGADOR
3.1 BLOG ALDIR DANTAS..... 6
3.2 BLOG GENIVALDO ABREU..... 7
4 PROCESSO SELETIVO
4.1 SITE JORNAL PEQUENO..... 8
5 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE
5.1 SITE O MARANHENSE..... 9

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
13/09/2022 - BLOG CARLOS CRISTIANO
POSITIVA
MARANHÃO: JUDICIÁRIO DISCUTE IMPLANTAÇÃO DE POLITICA EM ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

MARANHÃO: JUDICIÁRIO DISCUTE IMPLANTAÇÃO DE POLITICA EM ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Autoridades do sistema de Justiça nacional e estadual reuniram-se para discutir a implantação da Política Pública de atenção às Pessoas em Situação de Rua (PopRuaJud), conforme estabelece a Resolução nº 425/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na última sexta-feira (9/9), na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A Política Nacional visa assegurar o amplo acesso à justiça para pessoas em situação de rua, de forma rápida e simplificada. A intenção é contribuir para a superação das barreiras decorrentes das vulnerabilidades econômica e social e situação de precariedade e falta de residência.

Para o início da implementação da Política, o Maranhão contou com a presença de membros do Comitê Nacional PopRuaJud que, por meio do recém-instituído Comitê estadual PopRuaJud do TJMA e dos órgãos do Sistema de Justiça maranhense, realizaram uma força-tarefa para o primeiro mutirão para promover atendimento jurídico a pessoas em situação de rua, nessa sexta-feira (9/9).

Durante a reunião, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, enalteceu a importância da Política e ressaltou o trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário brasileiro na atualidade, que, de forma conjunta e colaborativa, vem atuando com um olhar mais humanizado e mais próximo à sociedade.

“Hoje vivemos de fato um papel protagonista, o Judiciário assume esse papel de centralismo e tem, de fato, avançado no enfrentamento dessas mazelas, que ainda nos constrangem depois de 200 anos de independência. O Tribunal de Justiça do Maranhão se sente muito honrado de recebê-los aqui e de assumir esse compromisso com o CNJ e com todos os atores do sistema de Justiça do Estado”, frisou.

Para o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Mário Henrique Goulart Nunes Maia, o encontro no Maranhão teve um significado muito peculiar pela pluralidade dos órgãos comprometidos que trabalharam em rede. “Vários setores se envolveram para resolver problemas de pessoas plurais. Antes essas pessoas eram invisíveis, agora não podemos fechar os olhos. Parabenizo o TJMA pelo compromisso na implantação desse projeto”, disse Goulart.

No encontro, a juíza Luciana Ortiz Zanoni apresentou a proposta da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas Interseccionalidades aos presentes. “A Política já foi acolhida no Brasil e está efetivamente consolidada. No entanto, precisamos garantir continuamente o atendimento a essas pessoas que vivem em extrema pobreza, e, para isso, será necessário trabalharmos de forma colaborativa. Quando trabalhamos em conjunto, temos uma força maior”, enfatizou a magistrada.

O Brasil é o nono país com mais desigualdade social no mundo, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos parâmetros do

Banco Mundial (Bird). De 2012 a 2019, a quantidade de pessoas que estão na miséria passou de 6,5% da população para 13,5%, o que representa 13,6 milhões de cidadãos.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as estimativas do número total de pessoas em situação de rua no Brasil é de aproximadamente 221.869 pessoas, em dados divulgados em março de 2020.

Também estavam presentes na reunião, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares Fonseca; o coordenador estadual do Comitê Pop Rua Jud, juiz Douglas Martins; o diretor do Foro da Seção Judiciária do Maranhão, juiz federal Rubem Lima de Paula Filho; o defensor público-geral, Gabriel Santana Soares; a defensora pública-chefe da Defensoria Pública da União do Maranhão, Lorenna Falcão Macedo; a juíza Élbia Rosane de Araújo, do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA); o juiz Fábio Esteves, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); os juízes federais Roberto Veloso, Rafael Costa, Jorge Ferraz Júnior; os juízes auxiliares da Presidência do TJMA, Anderson Sobral e Márcio Brandão; a juíza auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE), Rosângela Prazeres Macieira (representando a presidente do TRE/MA, desembargadora ngela Salazar) e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros.

TJ/MA

TJMA instala centro de atenção às vítimas de crimes em São Luís

Os atendimentos serão realizados na Casa da Justiça, na UFMA
Foto colorida de autoridades em pé, durante o descerramento de placa do CEAV, na UFMA.
Diversas autoridades participaram da solenidade
foto/divulgação: Ribamar Pinheiro

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, nessa segunda-feira (12), o Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV), na Comarca da Ilha de São Luís.

O Centro funciona no prédio da Casa da Justiça, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus do Bacanga. Esse é o segundo CEAV instalado no Maranhão. O primeiro foi inaugurado na comarca de Balsas, no dia 31 de agosto de 2022.

Na abertura da solenidade, o 2º vice-presidente do TJMA, desembargador Marcelino Everton, no ato representando o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, ressaltou a importância do CEAV para a sociedade maranhense. “Esta iniciativa da Justiça é de extrema importância para a população. É um relevante serviço colocado à disposição de cidadãos e cidadãs para amenizar o sofrimento das vítimas de crimes e atos infracionais”, pontuou.

Foto colorida. Solenidade de inauguração do CEAV

Na oportunidade, Marcelino Everton registrou agradecimentos especiais à UFMA, pela parceria firmada com o TJMA. “Prestamos, hoje, um agradecimento à Universidade, por disponibilizar este espaço para a instalação do Centro Especializado de Atenção às Vítimas (CEAV)”, afirmou.

Foto colorida de autoridades em pé durante solenidade de inauguração do CEAV na UFMA. Na imagem, a desembargadora SÔnia Amaral está falando ao microfone.

A coordenadora do Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, desembargadora Sônia Amaral, enfatizou o alcance social do órgão, instalado na Casa da Justiça, na UFMA. “Historicamente, o Poder Público sempre se preocupou com aqueles que cometem crimes e, que portanto, precisam cumprir suas penas de forma digna. Agora, voltamos a nossa atenção para as vítimas, que precisam de um olhar especial. Precisamos nos preocupar com todos os atores que integram a nossa sociedade”, destacou.

Imagem colorida de autoridades em pé durante solenidade de inauguração de CEAV na UFMA.

O reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Prof. Dr. Natalino Salgado, enalteceu a iniciativa da Justiça maranhense, em parceria com a instituição de ensino, em benefício da população. “A instalação desse centro, aqui, não só amplia esse projeto que vocês estão abraçando, como também irá servir de campo de prática para nossos alunos. O CEAV irá contar com um trabalho multidisciplinar que irá humanizar e garantir cidadania às vítimas. Este é um momento histórico para a nossa instituição. É um verdadeiro ato de cidadania,

com a Justiça mais próxima do cidadão”, frisou.

Participaram da solenidade o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; a juíza Ticiany Gedeon, no ato representando o corregedor-geral de Justiça, desembargador Froz Sobrinho; a primeira subdefensora pública-geral do Estado, Cristiane Marques; o secretário de Segurança Pública do Maranhão, coronel Sílvio Leite; os juízes auxiliares da Presidência, Márcio Brandão e Nilo Ribeiro; o secretário-geral da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Douglas Lima da Guia, representando o presidente da AMMA, juiz Holídice Barros; a juíza-membra do Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, Sara Gama; o juiz Alexandre Abreu, titular da 15ª Vara Cível da capital; dentre outras autoridades; servidores e servidoras da Justiça maranhense.

CENTRO

O Centro Especializado de Atenção às Vítimas no Poder Judiciário do Maranhão (CEAV) foi instituído por meio da Resolução nº 69, de 13 de julho de 2022, que também criou o Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, nos termos da Resolução nº 253, de 4 de setembro de 2018, atualizada pela Resolução nº 386 de 9 de abril de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O centro é destinado a apoiar vítimas que tenham sofrido dano físico, moral, patrimonial e psicológico, em razão de crime ou ato infracional cometido por terceiro, ainda que este não tenha sido identificado, julgado ou condenado. O suporte também é estendido a cônjuges, companheiros, companheiras, familiares em linha reta, irmãos, irmãs e dependentes das vítimas cuja lesão tenha sido causada por um crime.

O CEAV atua com uma equipe multidisciplinar que recebe as vítimas e seus familiares. Conforme o caso, identifica as situações de urgência, define a assistência necessária – jurídica, social ou psicológica – e orienta sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo o acompanhamento dos processos judiciais”, explicou a magistrada.

Equipe de servidores e servidoras que irão trabalhar no CEAV.

SERVIÇO

Para ter direito aos serviços disponibilizados, a vítima deve se dirigir à Casa da Justiça, na UFMA, das 8 às 18h, ou buscar atendimento de forma on-line através do balcão virtual.

Por meio do CEAV, a vítima pode realizar consultas sobre andamentos processuais, ser encaminhada para a rede de serviços públicos (assistência social, jurídica, médica, psicológica, social e previdenciária), ter informações sobre seus direitos, e receber direcionamento para programas de justiça restaurativa e programas de proteção.

Confira o álbum de fotos no Flickr do TJMA:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
13/09/2022 - BLOG MARDEN RAMALHO
POSITIVA
TJMA instala centro de atenção às vítimas de crimes em São Luís

TJMA instala centro de atenção às vítimas de crimes em São Luís

13/09/2022 04:00:00

O reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Prof. Dr. Natalino Salgado, enalteceu a iniciativa da Justiça maranhense, em parceria com a instituição de ensino, em benefício da população. "A instalação desse centro, aqui, não só amplia esse projeto que vocês estão abraçando, como também irá servir de campo de prática para nossos alunos. O CEAV irá contar com um trabalho multidisciplinar que irá humanizar e garantir cidadania às vítimas. Este é um momento histórico para a nossa instituição. É um verdadeiro ato de cidadania, com a Justiça mais próxima do cidadão", frisou.

Participaram da solenidade o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; a juíza Ticiany Gedeon, no ato representando o corregedor-geral de Justiça, desembargador Froz Sobrinho; a primeira subdefensora pública-geral do Estado, Cristiane Marques; o secretário de Segurança Pública do Maranhão, coronel Sílvio Leite; os juízes auxiliares da Presidência, Márcio Brandão e Nilo Ribeiro; o secretário-geral da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Douglas Lima da Guia, representando o presidente da AMMA, juiz Holídice Barros; a juíza-membra do Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, Sara Gama; o juiz Alexandre Abreu, titular da 15ª Vara Cível da capital; dentre outras autoridades; servidores e servidoras da Justiça maranhense.

CENTRO

O Centro Especializado de Atenção às Vítimas no Poder Judiciário do Maranhão (CEAV) foi instituído por meio da Resolução nº 69, de 13 de julho de 2022, que também criou o Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, nos termos da Resolução nº 253, de 4 de setembro de 2018, atualizada pela Resolução nº 386 de 9 de abril de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O centro é destinado a apoiar vítimas que tenham sofrido dano físico, moral, patrimonial e psicológico, em razão de crime ou ato infracional cometido por terceiro, ainda que este não tenha sido identificado, julgado ou condenado. O suporte também é estendido a cônjuges, companheiros, companheiras, familiares em linha reta, irmãos, irmãs e dependentes das vítimas cuja lesão tenha sido causada por um crime.

O CEAV atua com uma equipe multidisciplinar que recebe as vítimas e seus familiares. Conforme o caso, identifica as situações de urgência, define a assistência necessária - jurídica, social ou psicológica - e orienta sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo o acompanhamento dos processos judiciais", explicou a magistrada.

SERVIÇO

Para ter direito aos serviços disponibilizados, a vítima deve se dirigir à Casa da Justiça, na UFMA, das 8 às 18h,

ou buscar atendimento de forma on-line através do balcão virtual.

Por meio do CEAV, a vítima pode realizar consultas sobre andamentos processuais, ser encaminhada para a rede de serviços públicos (assistência social, jurídica, médica, psicológica, social e previdenciária), ter informações sobre seus direitos, e receber direcionamento para programas de justiça restaurativa e programas de proteção.

Fonte: Agência TJMA

Prorrogadas inscrições de seletivo para cargo comissionado de Assessor(a) de Automação

As inscrições podem ser feitas até o dia 20 de setembro
Fonte: Com informações da assessoria
Data de publicação: 13/09/2022

A vaga é destinada ao Laboratório de Inovação do TJMA. (Foto: Divulgação)

SÃO LUÍS – O Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Toada Lab, por meio do Edital 05/2022, informa que foram prorrogadas, as inscrições do processo seletivo para o cargo de Assessor (a) de Automação, até o dia 20 de setembro de 2022.

As inscrições podem ser realizadas por meio do preenchimento do formulário eletrônico: https://forms.gle/QHFh4SfBNqbVmgTR7, devendo ser anexado o currículo no espaço destinado no referido formulário.

Retificamos que podem se candidatar pessoas graduadas em Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Análise de Sistemas, Engenharia de Sistemas ou áreas correlatas, ou ainda pessoas que comprovem habilidade e/ou experiência em programação, desde que sejam autodeclaradas do gênero feminino ou que sejam pessoas (de qualquer gênero) que tenham idade igual ou superior a 50 anos. Devem também estar no gozo de seus direitos políticos.

A Remuneração integral do cargo, de simbologia CDAI-01, é de R$ 7.446,95, conforme tabela de proventos de cargos comissionados do TJMA. Será acrescentado a esse montante o Auxílio-Alimentação (em dinheiro) no valor de R$ 1.250,00, com opção de requerimento de Auxílio Saúde, caso a pessoa tenha plano de saúde, e Vale Transporte, mediante comprovação de deslocamento.

De acordo com o Edital, as candidatas e os candidatos deverão cumprir requisitos mínimos de conhecimentos em linguagem de programação Java; tecnologias WEB (HTML, DOM, CSS e JavaScript); acesso e consulta a bancos de dados via SQL ANSI e aplicações Java; Python.

Como requisitos desejáveis, as interessadas e os interessados podem ratificar seus conhecimentos em JSF, Selenium Web Driver, Banco de Dados PostgreSQL e Hibernate.

Também é necessário ter residência fixa na cidade de São Luís (MA). A jornada de trabalho é de 40 horas semanais na modalidade presencial.

SELEÇÃO

A seleção consistirá em três etapas eliminatórias, a serem conduzidas remotamente (com exceção da segunda

fase), por banca examinadora composta por, pelo menos, três servidores ou servidoras e pelo coordenador do Toada Lab. As etapas estão divididas em: análise curricular, avaliação técnica e entrevista por meio do aplicativo zoom.

Os detalhes sobre as fases eliminatórias serão comunicados durante sua execução, diretamente às candidatas e aos candidatos, no decorrer do processo seletivo. Ao final, será divulgada e encaminhada a lista de classificação para as pessoas selecionadas.

Cresce o número de audiências de conciliação por videoconferência realizadas pelo TJMA

13/09/2022 00:01:00

De junho a agosto de 2022, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Central de Conciliação por Videoconferência, promoveu um aumento do número de audiências de conciliação on-line em 715,49%, em relação ao trimestre anterior, de março a maio. O crescimento do quantitativo de acordos realizados foi de 146,15% comparando os dois períodos.

Os números positivos se devem aos esforços do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão Nupemec-TJMA, presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka, e da Central de Conciliação por Vídeoconferência, coordenada pelo juiz Ferdinando Serejo.

Também influenciou no crescimento do número de audiências conciliatórias, o aumento na remessa de demanda processual oriunda principalmente de varas do interior, tais como: Cedral, Barra do Corda, São José de Ribamar, Timon, Imperatriz, Tutóia, Presidente Dutra, dentre outras cidades.

As audiências de conciliação realizadas por meio do ambiente digital, são de natureza processual (com ação judicial) ou pré-processual (sem ação judicial) que tenham como solicitante pessoa residente no estado do Maranhão, cujo entendimento não seja possível de solução pela via das plataformas digitais públicas ou de câmaras privadas cadastradas junto ao Nupemec-TJMA.

AGENDAMENTO

O serviço está disponível para a população, de segunda a sexta, das 8h às 15h. O agendamento pode ser feito pelo Telejudiciário, pelos números 0800-707-1581 - ligação gratuita de telefone fixo – ou (98) 3194-5555 – a partir de celular, com custos da operadora - , pelo Portal do TJMA, ou pelo e-mail central_conciliacao_slz@tjma.jus.br.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações, entrar em contato com a equipe da Central, pelos telefones Whatsapp (98) 3232-0515 e (98) 98602-7544.

Juizados devem publicar prestação de contas de repasse para projetos sociais

Recursos de prestação pecuniária em transação penal
Comentar
Helen Barbosa
Asscom CGJ

A receita deve financiar projetos sociais de beneficiários que atendam às prioridades previstas na legislação. - Foto: Divulgação / Asscom CGJMA

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) orientou as unidades judiciais para que seja realizada a prestação de contas do repasse financeiro a entidades sociais, de recursos originados de prestação de penas pecuniárias em transações penais, na internet.

O corregedor-geral, desembargador Froz Sobrinho, solicitou aos juízes de direito que seja cumprido o disposto nas Resoluções nº 111/2009 e 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça e do Provimento nº 10/2012 da CGJ-MA, inclusive com a publicação da decisão da prestação de contas.

A prestação de contas deve ser feita na página da Corregedoria no Portal do Poder Judiciário, em até cinco dias. Cada unidade judicial é responsável pela publicação da prestação de contas, que deverá ser feita por um servidor da unidade judicial cadastrado para esse fim.

Para auxiliar os servidores das unidades judiciais, a CGJ-MA disponibilizou um Tutorial, explicando o passo a passo desse procedimento, que foi enviado às comarcas.

CADASTRO DE SERVIDOR
O cadastro deve ser solicitado à Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de justiça do Maranhão, encaminhando nome e matrícula ao e-mail informatica @tjma.jus.br, requerendo a habilitação no Sentinela na aba Prestação de Contas.

As publicações das unidades judiciais estarão disponíveis no Portal do Poder Judiciário, após publicação na aba “Primeiro Grau – Prestação de Contas” (.https://www.tjma. jus.br/primeiro-grau/cgj/prestacaocontas).

Por meio da Resolução nº 154, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a política judiciária de utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária. O recolhimento das verbas é feito em conta judicial, mediante pagamento boleto bancário.

A unidade judiciária que aplica a pena ou a medida alternativa passa a ser gestora dos recursos, que podem ser destinados à entidade pública ou privada com fim social. A destinação ocorre via processo seletivo, seguindo critérios do edital, cabendo à beneficiária a prestação de contas junto à unidade gestora.

PRIORIDADES DE PROJETOS SOCIAIS

A receita da conta judicial deve financiar projetos sociais apresentados pelos beneficiários que atendam às seguintes prioridades:

– que mantenham, por maior tempo, número expressivo de cumpridores de prestação de serviços à comunidade ou entidade pública;

– que atuem diretamente na execução penal, assistência à ressocialização de apenados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade, incluídos os conselhos da comunidade;

– que prestem serviços de maior relevância social;

– que apresentem projetos com viabilidade de implementação, segundo a utilidade e a necessidade, obedecendo-se aos critérios estabelecidos nas políticas públicas específicas e

–projetos de prevenção e ou atendimento a situações de conflitos, crimes e violências, inclusive em fase de execução, que sejam baseados em princípios e práticas da Justiça Restaurativa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
13/09/2022 - SITE O PROGRESSO
POSITIVA
TJMA instala centro de apoio às vítimas de crimes em São Luís

TJMA instala centro de apoio às vítimas de crimes em São Luís

Os atendimentos serão realizados na Casa da Justiça, na UFMA
Comentar
Amanda Campos
Agência TJMA de Notícias

Diversas autoridades participaram da solenidade - Fotos: Divulgação: Ribamar Pinheiro

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instalou, nessa segunda-feira (12), o Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV), na Comarca da Ilha de São Luís.

O Centro funciona no prédio da Casa da Justiça, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no campus do Bacanga. Esse é o segundo CEAV instalado no Maranhão. O primeiro foi inaugurado na comarca de Balsas, no dia 31 de agosto de 2022.

Na abertura da solenidade, o 2º vice-presidente do TJMA, desembargador Marcelino Everton, no ato representando o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, ressaltou a importância do CEAV para a sociedade maranhense. “Esta iniciativa da Justiça é de extrema importância para a população. É um relevante serviço colocado à disposição de cidadãos e cidadãs para amenizar o sofrimento das vítimas de crimes e atos infracionais”, pontuou.

Na oportunidade, Marcelino Everton registrou agradecimentos especiais à UFMA, pela parceria firmada com o TJMA. “Prestamos, hoje, um agradecimento à Universidade, por disponibilizar este espaço para a instalação do Centro Especializado de Atenção às Vítimas (CEAV)”, afirmou.

reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Prof. Dr. Natalino Salgado, enalteceu a iniciativa da Justiça maranhense, em parceria com a instituição de ensino, em benefício da população. “A instalação desse centro, aqui, não só amplia esse projeto que vocês estão abraçando, como também irá servir de campo de prática para nossos alunos. O CEAV irá contar com um trabalho multidisciplinar que irá humanizar e garantir cidadania às vítimas. Este é um momento histórico para a nossa instituição. É um verdadeiro ato de cidadania, com a Justiça mais próxima do cidadão”, frisou.

Participaram da solenidade o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; a juíza Ticiany Gedeon, no ato representando o corregedor-geral de Justiça, desembargador Froz Sobrinho; a primeira subdefensora pública-geral do Estado, Cristiane Marques; o secretário de Segurança Pública do Maranhão, coronel Sílvio Leite; os juízes auxiliares da Presidência, Márcio Brandão e Nilo Ribeiro; o secretário-geral da Associação dos Magistrados (AMMA), juiz Douglas Lima da Guia, representando o presidente da AMM, juiz Holídice Barros; a juíza-membra do Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, Sara Gama; o juiz Alexandre Abreu, titular da 15ª Vara Cível da capital; dentre outras autoridades; servidores e servidoras da Justiça maranhense.

CENTRO

O Centro Especializado de Atenção às Vítimas no Poder Judiciário do Maranhão (CEAV) foi instituído por meio da Resolução nº 69, de 13 de julho de 2022, que também criou o Núcleo Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, nos termos da Resolução nº 253, de 4 de setembro de 2018, atualizada pela Resolução nº 386 de 9 de abril de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O centro é destinado a apoiar vítimas que tenham sofrido dano físico, moral, patrimonial e psicológico, em razão de crime ou ato infracional cometido por terceiro, ainda que este não tenha sido identificado, julgado ou condenado. O suporte também é estendido a cônjuges, companheiros, companheiras, familiares em linha reta, irmãos, irmãs e dependentes das vítimas cuja lesão tenha sido causada por um crime.

O CEAV atua com uma equipe multidisciplinar que recebe as vítimas e seus familiares. Conforme o caso, identifica as situações de urgência, define a assistência necessária – jurídica, social ou psicológica – e orienta sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo o acompanhamento dos processos judiciais", explicou a magistrada.

SERVIÇO
Para ter direito aos serviços disponibilizados, a vítima deve se dirigir à Casa da Justiça, na UFMA, das 8 às 18h, ou buscar atendimento de forma on-line através do balcão virtual.

Por meio do CEAV, a vítima pode realizar consultas sobre andamentos processuais, ser encaminhada para a rede de serviços públicos (assistência social, jurídica, médica, psicológica, social e previdenciária), ter informações sobre seus direitos, e receber direcionamento para programas de justiça restaurativa e programas de proteção.